

Julho 2004

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Contribuição do world trade center no comercio sera analizada quarta-feira	1
1.2 Negócios na filda atingem usd300 milhões	1
1.3 Missão do BM desde ontem em luanda	1
1.4 PM fala do combate à pobreza com governadores provinciais	2
1.5 País prioriza redução do Emprego e pobreza	2
2.0 HIV/SIDA	3
2.1 Falta de esterilizantes nas barbearias pode contribuir no aumento do hiv/sida	3
3.0 MINAS	3
3.1 Descoberto 66 campos minados na lunda norte	3
4.0 GOVERNAÇÃO	4
4.1 Angola adere a mecanismo de avaliação de governação.....	4
4.2 Unita mergulha em contradições.....	4
4.3 Human rights watch critica governo de luanda	5
4.4 Oposição quer chegar a acordo com MPLA sobre eleições	6
4.5 Francisco romão suicidou-se devido a problemas financeiros.....	6
5.0 SERVIÇOS BÁSICOS	7
5.1 Governante acusa urbana-2000 de má fé.....	7
5.2 Novo modelo de gestão de limpeza de lixo ainda longe das expectativas.....	7
5.3 Alguns bairros da capital do país estão privados do precioso líquido há mais de 20 anos.....	8
5.4 Segundo o director da Elisal. Luanda terá aterro sanitário em Agosto.....	9
5.5 Luanda prevê melhorar níveis de recolha de lixo	9
6.0 SITUAÇÃO HUMANITÁRIA	10
6.1 Governo americano financia programa.....	10
6.2 Angola na 166ª posição no raking mundial do desenvolvimento Mundial	10
6.3 Segurança alimentar depende da dinâmica dos sectores industriais	10
7.0 TERRA E HABITAÇÃO	11
7.1 Parlamento discute hoje projecto de lei de terras	11
7.2 Deputados revelam-se preocupados na discussão da proposta de lei de terras	11
7.3 PGR envolvido na burla de terreno.....	12
7.4 Parlamento discute hoje projecto de lei de terras	12

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Contribuição do world trade center no comercio sera analisada quarta-feira

Angop...12-07-2004

A World Trade Center Luanda (WTC), associação angolana ligada ao comércio internacional, vai analisar nesta quarta-feira, em Luanda, a contribuição das suas similares para o desenvolvimento do comércio, turismo, paz, e a amizade entre os povos.

World Trade Center Luanda é uma instituição dedicada a promoção de negócios, comércio mobiliário e Turismo.

Em declarações hoje à Angop, o presidente daquela instituição, Manuel Duque, explicou que a realização da palestra intitulada “a contribuição dos World Trade Centers para o desenvolvimento do comércio, turismo, paz e amizade entre os povos”, visa aproveitar a abertura da Feira Internacional de Luanda (FILDA) para promover parcerias.

Além da primeira comunicação, a ser proferida pelo Presidente do Comité Mundial de Turismo, hospitalidade e intercâmbio cultural do WTC Association, Nelson Pilosof, será igualmente tema para debate o “World Trade Center Luanda e o seu Papel no processo de desenvolvimento económico de Angola”, cujo orador será Manuel Duque da WTC Luanda.

Participarão no fórum, os presidentes da Câmara de Comércio e Indústria (CCIA), da Associação Industrial de Angola (AIA), representantes do Ministério do Comércio e da Hotelaria e Turismo, entre outros responsáveis.

Paralelamente a realização da palestra, a WTC Luanda abrirá na quarta-feira, 14 de Julho, o seu novo escritório, localizado na rua Revolução de Outubro.

Esta é a primeira actividade pública da WTC Luanda, desde a sua criação há quase dois anos.

1.2 Negócios na filda atingem usd300 milhões

Jornal de Angola...20-07-2004

Positivo. É com esta palavra que os organizadores da

21ª edição da Feira Internacional de Luanda (FILDA-2004) classificam o evento que ontem terminou. Durante os seis dias de actividades, a feira movimentou mais de 80 mil visitantes, um aumento de 60 por cento com relação ao ano passado, quando passaram pelo certame cerca de 50 mil pessoas.

A Organização pôs à venda 70 bilhetes e cerca de 10 mil convites. Este número, no entanto, não faz referência aos convites endereçados pelos países nas comemorações dos seus dias no certame. Apesar do preço do bilhete, que este ano esteve fixado em 750 kwanzas, o público aderiu em massa ao longo dos seis dias de exposição. Como a ânsia de visitar a FILDA era grande, muitos foram aqueles que usaram outros meios para conseguir introduzir-se no evento.

O porta-voz fala em vários casos de falsificação de bilhetes. Segundo ele, em cada 10 pessoas que entravam, três faziam-no quer através de bilhete forjado, quer sem pagar o acesso. Para melhor controlo das entradas e saídas, a organização vai, no próximo ano, utilizar o cartão magnético. O volume de negócios ultrapassou os 300 milhões de dólares, fruto também do aumento do número de expositores na ordem dos 27,6 por cento (470 anteriores contra os 600 deste ano). Os números satisfazem os organizadores que já pensam em internacionalizar os outros eventos, casos da Fenapro e outras feiras sectoriais. Mais do que os números avançados no volume de negócios, o porta-voz da FILDA, Joaquim de Almeida, diz que apenas a próxima edição, quando começar a notar o regresso dos expositores, então se poderá avaliar o impacto da edição 2004. Para já, várias expositores solicitaram espaços para a próxima edição.

A China, por exemplo, já solicitou espaço maior para 2005 e promete mesmo disputar o número de expositores com Portugal, que este ano trouxe 103 expositores. Sectores da Indústria, construção civil, agricultura, telecomunicações, restaurantes e similares, petróleo, mineiro, energia e serviços estiveram presentes na edição deste ano. Mesmo sem expor, a FILDA representou também uma oportunidade para o empresariado nacional localizar parceiros do ramo e fazer contactos. O facto de mais de 600 empresas de quase todo o mundo estarem reunidas num só espaço (o empresário não precisava viajar), por si só, já constitui uma grande facilidade, na óptica de Joaquim de Almeida.

1.3 Missão do BM desde ontem em luanda

Jornal de Angola...20-07-2004

Uma missão do Banco Mundial (BM) chefiada pelo director executivo da referida instituição para 22 países africanos incluindo Angola, Louis A. Kasekende,

chegou ao princípio da tarde de ontem a Luanda, para conhecer melhor as potencialidades do país em termos de desenvolvimento, bem como estudar formas de fortalecer o trabalho feito pela instituição mundial.”O banco está a considerar as formas de fortalecer a ajuda para a fase pós-conflito em curso no país, em termos de ajuda de emergência e para a reconstrução, no sentido de tornar a economia mais forte e reduzir a pobreza em Angola”, afirmou o porta-voz da missão, Biagio Bossone. De acordo com o programa de visita, a comitiva desloca-se, hoje, à província do Bengo acompanhada por uma delegação angolana chefiada pela ministra do Planeamento, Ana dias Lourenço, para se inteirar dos programas financiados pela instituição. Ainda hoje, à tarde, a delegação, acompanhada pelo vice-ministro angolano do Planeamento, Carlos Lopes, desloca-se à província de Benguela, para uma visita de 24 horas.

Quarta-feira a missão tem um encontro com a equipa económica do Governo que integra o ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime, o ministro das Finanças, José Pedro de Morais, a ministra do Planeamento, Ana dias Lourenço e o governador do Banco Nacional, Amadeu Maurício. À tarde, no mesmo dia, está reservada uma reunião com a comunidade doadora local e a inauguração dos novos escritórios do Banco Mundial em Luanda. Esta é a última etapa de um périplo que os seis altos funcionários do BM efectuem por três países africanos. A delegação, proveniente de Windhoek, Namíbia, esteve já na África do Sul.

1.4 PM fala do combate à pobreza com governadores provinciais

Jornal de Angola...26-07-2004

O primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", reuniu-se ontem, em Luanda, com os governadores provinciais, com quem abordou algumas acções a serem desenvolvidas pelo sector produtivo e que devem visar a criação de condições para o aumento do emprego, o combate à fome e a pobreza.

Os sectores da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, das Pescas e Indústria, centraram as discussões da segunda reunião ordinária deste ano, em que marcaram igualmente presença alguns membros do Governo central.

Segundo o comunicado final distribuído à imprensa, em relação ao sector da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, a abordagem assentou fundamentalmente no estado de preparação da campanha agrícola 2004/2005, programa de produção alimentar básica (destacando-se o tipo de cultura e localidades de implementação), a segurança alimentar das populações, o programa de extensão e desenvolvimentos rural, bem como a assistên-

cia técnica e material (ATM) básica.

Neste particular, foi recomendada a continuação da criação de condições para o êxito da campanha agrícola 2004/2005. Em breves declarações à imprensa, o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Gilberto Buta Lutukuta, disse estar optimista que o próximo ano agrícola seja Positivo.

Lutukuta sublinhou, entretanto, que isso só será possível com a "sincronização" entre as estruturas centrais, os governos provinciais, os agentes da produção agrícola, assim como as pequenas e grandes empresas familiares.

Relativamente ao sector das Pescas, o encontro, que consumiu cerca de seis horas, abordou os programas de captura, processamento e comercialização de pescado, de produção e iodização do sal e o da fiscalização da costa e da protecção de espécies marinhas.

Quanto ao sector da Indústria, o comunicado refere que a abordagem incidiu fundamentalmente sobre a indústria alimentar (transformação de pescado), o programa de relançamento do parque industrial do país, e a criação de pólos de desenvolvimento industrial.

Durante a segunda reunião ordinária entre o primeiro-ministro e os governadores provinciais, os participantes tomaram igualmente conhecimento do pagamento da dívida interna e sobre o processo de validação pelos governos provinciais da reposição de viaturas ao serviço do Estado, destruídas pela guerra.

A primeira reunião ordinária, que teve lugar a 9 de Março deste ano, analisou o grau de cumprimento das acções inscritas no Programa de Melhoramento e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos às Populações para o biénio 2003/2004.

1.5 País prioriza redução do Emprego e pobreza

Jornal de Angola...11-07-2004

O vice-ministro angolano da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Sebastião Luquinda, disse quarta-feira em Genebra que uma das grandes preocupações da República de Angola, após a conquista da paz, é a redução dos níveis de desemprego e a diminuição da pobreza.

Aquele governante que discursava na 92ª Conferência Internacional do Trabalho, cujos trabalhos decorrem na sede do escritório das Nações Unidas em Genebra sublinhou que o Governo angolano está a promover um quadro favorável à participação dos investidores privados na economia que leve à criação de novos

empregos.

Referiu que muito recentemente foi posto à discussão o projecto sobre as bases gerais da Lei do Primeiro Emprego, que terá como beneficiários os cidadãos da faixa etária dos 14 aos 30 anos.

A Lei permitirá a repartição das responsabilidades entre diferentes áreas ou sectores implicados na integração dos jovens no mundo do trabalho, disse o vice-ministro.

Segundo o Vice-ministro, os parceiros sociais, as universidades, as Organizações Não-Governamentais e várias associações profissionais foram convidadas a pronunciar-se sobre este projecto de lei.

Sebastião Luquinda apontou como outra medida de promoção do emprego em Angola o alargamento da oferta formativa através da construção de Centros de Formação Profissional.

O vice-ministro disse que o Governo angolano está preocupado com o alastramento do HIV /Sida nos locais de trabalho, tendo já aprovado a legislação que regula a protecção dos trabalhadores e que respeita os direitos fundamentais da pessoa humana.

Sebastião Luquinda defendeu a adopção pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de uma norma que congregue todos os instrumentos dispersos ligados às condições de trabalho no sector das pescas, de modo a permitir a sua aplicação mais ordenada a nível mundial.

A delegação angolana que participa nesta 92ª Conferência Internacional do Trabalho é integrada pelo chefe da Missão Permanente de Angola junto do Escritório da ONU em Genebra e embaixador de Angola na Suíça, João Filipe Martins.

2.0 HIV/SIDA

2.1 Falta de esterilizantes nas barbearias pode contribuir no aumento do hiv/sida

Angop...18-07-2004

Muitas Barbearias e alguns salões de beleza de Luanda trabalham sem aplicação dos métodos adequados para a esterelização dos materiais cortantes, por forma a prevenir as doenças infecto-contagiosas, como a tinea e, principalmente, as de transmissão sanguínea como o

Hiv/sida.

De acordo com Arminda de Sousa, funcionária de um dos salões de beleza há mais de dez anos, a falta dos aparelhos e produtos para desinfectar os materiais cortantes e outros não é da responsabilidade dos trabalhadores, mas dos responsáveis.

“Os nossos clientes devem ser mais exigentes para obrigarem os patrões a comprarem esses aparelhos, pois para os casos de manicuri e pedicuri o aconselhável é haver estojos próprios” - disse.

Já o jovem Mateus Tomás aconselha as pessoas a irem as verdadeiras barbearias e salões de beleza, mas antes verificar se reúnem as devidas condições.

“Não aconselho, principalmente, os rapazes a fazerem o corte do cabelo nos chamados barbeiros de rua, porque estes além do álcool, utilizam, para esterilizar os seus instrumentos de trabalho, o pó talco, o petróleo iluminante adicionando ao álcool e por vezes nem isso” - frisou.

Na passada terça-feira, a directora geral do hospital Esperança, Dulcelina Serrano, fez saber que durante os quatro meses de existência da instituição registaram-se mais de mil novos casos de Hiv-sida, que têm, dentre outras formas de transmissão, os objectos cortantes.

Segundo o último relatório das Nações Unidas apresentado há mais de oito dias em Pretória, África do Sul, cinco mil pessoas foram infectadas com o vírus da Sida em 2003, o maior número registado num só ano desde o início da epidemia, elevando para 38 milhões o número de infectados no mundo.

3.0 MINAS

3.1 Descoberto 66 campos minados na lunda norte

Jornal de Angola...21-07-2004

O director provincial da Reinserção Social na Lunda Norte, Pedro Blair, anunciou, no Dundo, a descoberta de sessenta e seis áreas minadas na província.

Falando no encerramento da reunião do Ministério da Reinserção Social, o responsável afirmou que apenas 83 minas foram removidas pelas Forças Armadas Angolanas (FAA), 67 das quais anti-tanques, considerando baixo o nível de desminagem na província.

Atribui ao baixo nível de desminagem a falta de organizações vocacionadas nesta matéria, preocupação que levou a criação, recentemente, de uma sala operativa multi-sectorial, visando a dinamização do processo.

Os riscos das minas nas comunidades e escolas, pesquisa das áreas afectadas, bem como o envolvimento efectivo de sectores intervenientes

constaram da agenda de trabalho da reunião do Minars na Lunda Norte.

4.0 GOVERNAÇÃO

4.1 Angola adere a mecanismo de avaliação de governação

Jornal de Angola...09-07-2004

Angola aderiu ontem ao Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares – MARP (em inglês “African Peer Review Mechanism”), no final da 3ª Cimeira Ordinária dos chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA), realizada de 6 a 8 de Julho, em Addis Abeba, Etiópia. Rubricou o documento, o ministro das Relações Exteriores, João Bernardo de Miranda, em representação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que quarta-feira regressou ao país. O MARP, cuja adesão é voluntária, é uma auto-avaliação dos Estados membros por países também voluntários. Segundo uma fonte da delegação angolana que participou da cimeira, ao aderir a este órgão, Angola vai ser avaliada por Estados membros a serem seleccionados e que se deslocarão ao país para avaliar as questões ligadas à boa governação, às performances económicas, aos direitos humanos, bem como às questões sociais.

“Isto vai permitir que instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) possam partir de pressupostos que são feitos por países africanos entre eles. Então, não teremos necessidade de terceiros países, não africanos, fazerem a avaliação por eles”, acrescentou a mesma fonte. O ministro das Relações Exteriores, João Miranda, disse que o MARP é, sobretudo, um mecanismo que tem a ver com o compromisso dos Estados africanos com a Nova Parceira para o Desenvolvimento de África (NEPAD). “As vantagens não são imediatas. Vêm depois, porque a própria NEPAD ainda não está a ser implementada como foi projectada. Portanto, vamos esperar mais algum tempo, para que as vantagens sejam para todos os africanos e não só para um país”, continuou.

Quanto à integração ou não da NEPAD na estrutura da UA, indicou que esta questão estava consagrada como uma necessidade, mas teria que ser feita paulatinamente, porque, não sendo uma instituição,

mas um programa, deve ser considerada como tal. “Essa integração paulatina estará de acordo com a sua implementação a nível das regiões africanas, e isto é que dará força para que as estruturas da NEPAD, que hoje existem na África do Sul, possam funcionar na sede da União”.

Ao comentar sobre o novo Plano Estratégico da Comissão da UA, apresentado aos líderes da organização, durante esta cimeira, João Miranda disse que o mesmo não foi aprovado, como vaticinavam alguns observadores. “Foi considerado como uma boa perspectiva. Os chefes de Estado e de Governo recomendaram que o Plano deve ser levado a cabo, em primeira instância, pelas organizações sub-regionais, fazer-se uma espécie de diagnóstico, para melhor aquilatar todas as suas incidências financeiras e trazer contribuições dos países das diferentes sub-regiões, a fim de serem analisadas na próxima sessão do Conselho Executivo, que, em princípio, deve ter lugar em Dezembro”, sublinhou. A respeito da questão relacionada com a transferência da sede da UA, actualmente baseada em Addis Abeba, Etiópia, para outra cidade, concretamente para Sirte, na Líbia, proposta por este país e pelo Senegal, o ministro disse que houve uma resolução que reiterou o que diz o Acto Constitutivo, ou seja, que a sede da União era em Addis Abeba.

De acordo com João Miranda, a proposta apresentada pela Líbia e pelo Senegal consistia em transferir de Addis Abeba todas as estruturas burocráticas da União, designadamente a Comissão e os respectivos comissários. “Isto foi considerado impraticável, uma vez que as estruturas burocráticas da União devem estar na sede como tal”, explicou, acrescentando que sempre que haja um convite de um Estado para albergar a reunião, naturalmente, “a Comissão, no seu todo, vai implantar-se, provisoriamente, naquele Estado”. Ainda nesta esteira, anunciou que, dada a imensidão dos problemas que a África tem, a 3ª Cimeira Ordinária da UA decidiu que, à luz do Acto Constitutivo, doravante os Chefes de Estado passam a reunir-se ordinariamente duas vezes por ano, para além das cimeiras extraordinárias. Apenas 18 Estados africanos aderiram voluntariamente com Angola ao Mecanismo Africano de Verificação pelos Pares, considerado um dos pilares da NEPAD, mas somente cinco, incluindo Angola, rubricaram ontem o documento – Lesotho, Malawi, Tanzânia e Serra Leoa, enquanto igual número de países deverá fazê-lo proximamente.

4.2 Unita mergulha em contradições

Semanário Angolense...10-07-2004

O Galo Negro não perdeu propriamente o norte, mas é visível que está desorientada com o curso que a política angolana tem vindo a tomar. Depois de ter «denunciado» o acordo tácito que havia feito com o MPLA, o chamado acordo de Alvalade, a UNITA entendeu que tinha de regressar à primeira forma, assumindo-se como a locomotiva da Oposição, papel que é seu por «direito».

Passou, então, a alinhar com o núcleo duro da Oposição, também já designada por «oposição radical». Sabe-se, agora, porém, que nessa matéria a direcção da UNITA está dividida. Há no seu interior correntes que não afinam pelo mesmo diapasão, e que acham que a organização pode perfeitamente desempenhar cabalmente o seu papel de liderança sem que isso implique a radicalização levada ao extremo. Um sinal dessa divisão de águas no interior da UNITA é demonstrado pela própria condução personalizada imprimida por Isaiás Samakuva ao dossier relacionado com a estratégia seguida pela «oposição radical» em matéria constitucional. Samakuva entrou em concertação com líderes políticos de outros partidos, formando o já conhecido «Trio Maravilha», constituído por ele próprio, Alexandre Sebastião (Pajoca) e Filomeno Vieira Lopes (FPD), sem consultar os seus principais pares no Comité Permanente da UNITA.

Muita da atitude de Samakuva resulta da sua necessidade de afirmar uma liderança efectiva da organização depois que sucedeu Jonas Savimbi, vista por muitos como «pouco enérgica». «Mas o problema», conforme comenta um observador familiarizado com esse assunto, «é que Samakuva está a exagerar no tom, passando de oito a oitenta». «Não imita Jonas Savimbi, mas fragiliza-se a si próprio e ao partido quando põe de parte peças importantes como um Abel Chivukuvuku», remata o observador. Na verdade, tudo indica que na próxima «campanha» da «oposição radical», a Unita acabará mais fragilizada, desde logo pela sua menor coesão, aquela que foi sempre uma divisa inalienável da Unita.

Algo que é visível já a partir da forma como é encarada a necessidade de regressar aos trabalhos da Comissão Constitucional, após a realização da sessão do Conselho da República. Mesmo tendo de passar a vergonha de entrar na Assembleia pela porta dos fundos, um alto dirigente da UNITA que pediu o anonimato, entende que é isso que tem de ser feito. À saída da Cidade Alta, há uma semana, Isaiás Samakuva deixou entender que esse seria o caminho, mas o seu porta-voz, Adalberto da Costa Júnior, em declarações que fez ao Semanário Angolense, corrigiu o seu próprio líder.

4.3 Human rights watch critica governo de luanda

LUSA...14-07-2004

Apesar da melhoria da situação de direitos humanos em Angola, jornalistas e activistas políticos continuam a ser alvo de perseguição pelas autoridades, disse a organização norte-americana de direitos humanos, Human Rights Watch.

Num relatório de 35 páginas titulado “Democracia Inacabada: Liberdades Políticas e dos Media em Angola”, a organização afirma que “embora a cessação das hostilidades tenha trazido grande alívio a Angola e aos seus habitantes, as nascentes instituições democráticas e da sociedade civil são ainda frágeis”. “Embora a prisão e intimidação de jornalistas, comum entre 1999 e 2001, aconteça com menos frequência, os direitos constitucionalmente garantidos, incluindo a liberdade de expressão e reunião, não são desfrutados ou aplicados universalmente,” acrescenta a Human Rights Watch.

A organização diz ainda que “graves violações continuam a ocorrer afectando activistas da oposição, jornalistas e outros membros da sociedade civil, particularmente fora de Luanda”.

O relatório afirma que apesar da actual constituição angolana ser “um documento iluminado”, as actuais restrições às liberdades de informação e reunião “minam os princípios da boa governação”. “Embora certas reformas à actual lei sejam desejáveis, o que é preciso é a aplicação correcta das leis existentes,” diz a Human Rights Watch que acusa o sistema judicial angolano de “falhar no cumprimento da imparcialidade ao prender jornalistas e decidir a favor de entidades governamentais que apresentam queixas duvidosas”.

O documento detalha diversos casos de repressão violenta contra manifestantes e também de acções contra jornais e jornalistas fazendo notar que no que diz respeito à rádio, “o media mais acessível à maior parte dos angolanos permanece um monopólio na maior parte do país”.

“A rádio católica, Rádio Ecclesia, é actualmente a fonte mais acessível de notícias independentes na capital mas foi proibida de se alargar para outras áreas do país,” diz o documento.

A Human Rights Watch faz uma serie de recomendações ao governo, incluindo que “respeite e aplique totalmente” os capítulos da constituição protegendo as liberdades de expressão, associação e reunião, que deixe os jornalistas trabalharem “sem intimidação” com acesso à informação e instalações do governo.

A organização pede ao governo angolano que ponha termo a restrições a reuniões públicas e manifestações pacíficas, “emitindo instruções claras à policia que não deve usar da força ou violência para responder a manifestações pacíficas”.

Numa declaração que acompanhou a divulgação do

relatório, o director da divisão africana da Human Rights Watch, Peter Takirambudde, disse que as prometidas eleições de 2006 em Angola só terão credibilidade “se o governo garantir a actividade política e liberdade de imprensa em todas as partes do país”. O relatório pede aliás aos governos estrangeiros e organizações intergovernamentais para que no período que anteceder as eleições “monitorem de perto” possíveis violações de liberdade de expressão, associação e reunião e façam essa monitorização “no contexto de relações bilaterais e multilaterais com o governo de Angola”.

O documento diz que os governos estrangeiros deveriam tornar “a protecção e promoção” dessas liberdades em Angola como “uma parte integral das estratégias de ajuda”. Os governos estrangeiros, diz a Human Rights Watch, devem ainda apoiar meios de informação “livres e privados” e programas de treino a jornalistas.

4.4 Oposição quer chegar a acordo com MPLA sobre eleições

Jornal de Angola...23-07-2004

A oposição parlamentar angolana pretende reunir-se com o MPLA para chegar a um acordo que permita aprovar a legislação necessária à realização das próximas eleições, anunciou ontem o secretário para a Informação da UNITA, Adalberto da Costa Júnior.

“Os partidos da oposição estiveram reunidos na segunda-feira, conversaram sobre esta matéria e decidiram acelerar a discussão das questões relativas à preparação das eleições”, afirmou Adalberto da Costa Júnior.

Nesse sentido, sete partidos da oposição parlamentar enviaram uma carta à direcção do MPLA, “convidando a uma concertação no sentido da aprovação da legislação necessária à realização das eleições”.

A carta é subscrita pelas lideranças (presidentes e secretários gerais) da UNITA, FNLA, PRS, PLD, FpD, PAJOCA, PDP-ANA, POC'S e ainda pelo PAI, um pequeno partido sem representação parlamentar.

Na nota de imprensa a que o Jornal de Angola teve acesso, os subscritores da carta propõem que a referida reunião tenha lugar no período compreendido entre os dias 26 e 29 do corrente mês.

Entre os partidos da oposição que possuem deputados na Assembleia Nacional, não subscreveram o documento o PNDA, PRD, PSD e FDA.

O secretário para a Informação do MPLA, Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”, confirmou a recepção da carta e disse que o seu partido ia analisá-la e muito em breve tornaria pública a sua posição oficial.

O Conselho da República recomendara a 2 deste mês a aprovação pela Assembleia Nacional do quadro constitucional e legal necessário à convocação das eleições gerais no país até Setembro de 2006.

Os conselheiros do Presidente da República recomendaram que as eleições “devem ser antecedidas de um quadro legal bem definido e da criação de condições técnicas, materiais e financeiras apropriadas, como garante de um processo eleitoral transparente e justo”.

O Conselho da República recomendara ainda que o Presidente da República exercesse a sua magistratura de influência, para que a Assembleia Nacional aprove o quadro constitucional e legal ao abrigo do qual o Chefe de Estado poderá convocar e fixar a data da realização das eleições até Setembro de 2006.

A lei 18/96 (lei de revisão constitucional) dispõe que antes do próximo pleito eleitoral deverá ser aprovada uma nova Constituição e outras leis ordinárias.

A referida lei faz ainda depender a realização das eleições da aprovação de uma nova lei eleitoral, com a subsequente reactivação da Comissão Nacional de Eleições.

Entende-se, contudo, que essa lei deverá ser revista nas disposições em que faz depender as próximas eleições do censo geral da população. Na reunião de 2 de Julho, que contou com a presença de todos líderes de partidos com assento na Assembleia Nacional, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, indicou que continuava a aguardar que o Parlamento o informasse a dizer quando é que o necessário quadro constitucional e legal estaria criado, para que pudesse então convocar as eleições.

O órgão de consulta do Chefe de Estado, o Conselho da República, é constituído por 23 membros, nomeadamente o presidente da Assembleia Nacional, o primeiro-ministro, o procurador geral da República, líderes dos partidos com assento no Parlamento, e entidades representativas da sociedade civil escolhidas pelo Presidente da República.

4.5 Francisco romão suicidou-se devido a problemas financeiros

Angonoticias...30-07-2004

A morte do vice-ministro das Relações Exteriores para a Cooperação Francisco Romão e Silva não foi homicídio, mas sim suicídio. O malgrado viu que a vida estava difícil para ele e por isso, preferiu por fim a mesma.

As palavras são de Ana Silva, esposa do ex-governante que ontem foi a enterrar no cemitério do Alto das Cruzes, numa entrevista concedida ao Jornal A Capital. Na entrevista, o Director do Semanário Tandala Francisco, disse à LAC, que a esposa revelou que

“Francisco Romão debatia-se com gravíssimos problemas financeiros a ponto de não conseguir custear os estudos dos seus filhos no exterior do país”.

De acordo com a fonte, a esposa fala na entrevista, que o *AngoNotícias* pensa publicar a qualquer momento, da vida particular e revela, os últimos dias do malogrado.

De 62 anos de idade, natural de Luanda, Francisco Romão exerceu as funções de governador de Luanda, entre 1977 e 1981, embaixador extraordinário e plenipotenciário de Angola nas Repúblicas Federativas da então Jugoslávia, de 1981 a 1986, e do Brasil, entre 1987 e 1993.

Foi responsável do Gabinete de Apoio à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Direcção Europeu do Ministério das Relações Exteriores.

5.0 SERVIÇOS BÁSICOS

5.1 Governante acusa urbana-2000 de má fé

Angop/nexus...29-07-2004

O membro da Comissão de Gestão Administrativa de Luanda, Job Capapinha, considerou nesta quinta-feira “má fé” a decisão unilateral da Urbana-2000 de suspender a recolha de resíduos sólidos a cidade capital do país, durante o último fim-de-semana, devido a uma alegada dívida contraída pelo governo provincial. “Apesar da dívida avaliada em cerca de 12 milhões de dólares, a Urbana-2000 deveria manter um diálogo com o parceiro (governo de Luanda) no sentido de se encontrar consenso e se ultrapassar a crise”, aconselhou Job Capapinha. O governante fez saber que a dívida já foi assumida pelo Ministério das Finanças, através um documento escrito dirigido à Urbana-2000, cuja resolução do caso está para breve.

A Urbana-2000 assinou no princípio deste ano um contrato de seis meses com o Governo provincial de Luanda para a recolha do lixo na zona urbana.

5.2 Novo modelo de gestão de limpeza de lixo ainda longe das expectativas

Jornal de Angola...27-07-2004

O lixo no lado esquerdo à entrada da rua Augusta, uma das mais famosas do município da Samba, é recolhido às primeiras horas do dia, mas logo vai ressurgindo, com o passar das horas, como erva daninha. Até chegar a noite, período em que muitas adolescentes envergonhadas em com os seus baldes e sacos

fedorentos, ele, o lixo, toma forma de montanha, para só voltar a ser removido na manhã seguinte pela operadora, cuja representação está domiciliada numa residência a escassos metros do local, também à entrada da referida rua, mas ao lado direito.

Como se afigura impossível a recolha porta à porta, devida ao mau estado daquela e doutras ruas, os moradores da circunscrição, pelo menos 0.5 mais desinibidos, não têm meias medidas Nandó se trata de depositar os detritos, fazendo-o a qualquer hora do dia e em quantidades, às vezes, fora do normal. Outro senão é a falta de um único contentor, o que leva a que o lixo esteja exposto mesmo no chão. Diz um funcionário da operadora, denominada Triambiente, que se trata de uma estratégia para evitar grande acumulação de resíduos. Em contrapartida, sacos plásticos são distribuídos gratuitamente aos moradores.

Mas o certo é que o lixo continua a ser depositado no chão. E como se não bastasse, não raras vezes, águas vindas sabe Deus de onde, formam uma pequena vala, que passa mesmo por baixo de toda aquela imundície e desce a rua, levando consigo vários riscos de doenças.

A história repete-se em quase todas as zonas periféricas da capital Bairro Popular, Bairro Operário, Sambizanga, Cazenga, Viana e noutras imediações. A produção e depósito desordenado, a escassez de meios, a ineficiência na recolha e, como consequência "montanhas de lixo em todos os locais destinados ao depósito. Mais os mercados paralelos são apontados como os principais focos destes esterços.

Na área urbana, cuja limpeza está, em grande escala, a cargo da Urbana 2000, o cenário começa a afigurar-se mais ou menos diferente. De manhã ou de tarde, de acordo com as zonas, varredores são vistos nas ruas. Os contentores, embora sempre repletos, vão dando o ar da sua graça em várias esquinas. A única semelhança em relação à periferia é a quantidade imensurável de lixo depositado pelos cidadãos, o que deixa os depositários constantemente abarrotados. Aqui, existe igualmente escassez de equipamentos. Estima-se, por exemplo, que dezanove camiões sejam necessários para a recolha de lixo, mas apenas seis estão operacionais.

A possibilidade de eliminar em seis meses os focos de lixo em Luanda, apresentada pelo Presidente da República, em Dezembro último, está fora de hipótese. Reconhece-se, todavia, que esta passou a ser uma questão de responsabilidade de toda a sociedade, encabeçada pelo Governo, de que já se fazem sentir os seus efeitos. Seguindo o novo modelo de gestão de limpeza pública, aprovado pelo Conselho de Ministros,

em Dezembro de 2002, o qual prevê a actuação de empresas privadas na actividade, o governo provincial, através da Elisal – Ep, licenciou de rede de drenagem carácter mais restrito, que se ocupam da limpeza dos resíduos sólido, manutenção da rede de drenagem operação do aterro sanitário, manutenção da rede de esgotos, bem como colecta e tratamento dos resíduos hospitalares e outros.

Quatro mil é o total de pessoas que estarão neste momento empenhadas na limpeza e saneamento de Luanda. Uma nota positiva foi conseguida, durante os últimos seis meses, período de vigência da Comissão de Gestão: um ligeiro aumento na quantidade de lixo recolhido diariamente, na ordem das 400 toneladas, o que perfaz um total de mil e 400 toneladas, das quais mais de 70 por cento é lixo domiciliário.

Estes números estão, porém, aquém da meta a atingir. Como consequência de uma série de dificuldades ainda enfrentadas, como a escassez de equipamentos e infraestruturas, crescimento desordenado da população, falta de educação cívica de muitos cidadãos, falta de estruturação dos mercados paralelos, entre outras, 700 toneladas de lixo ficam todos os dias por se recolher, na cidade e periferias de Luanda. Um facto que em nada contribui para que a capital angolana seja retirada da lista das cidades mais sujas do mundo.

5.3 Alguns bairros da capital do país estão privados do precioso líquido há mais de 20 anos

Jornal de Angola...27-07-2004

O garoto carrega na cabeça um bidon com 25 litros de água. Com os pés a beijarem a berma da estrada, ele faz grandes manobras, com o fito de atravessar o outro lado do asfalto. A cada tentativa, escuta o alerta vindo da buzina dos carros que circulam pela via.

Com uma mão pendurada no recipiente e outra agarrada ao calção, que parece não lhe assentar na cintura, o puto, de aparentemente 12 anos de idade, tem um dos botões da camisa amarela presa à boca, um gesto (in) consciente, que complica ainda mais a intenção de se livrar do peso e do perigo da estrada, pois distrai-se ao "chupar" a camisa. Volvidos mais ou menos sete minutos, o rapaz consegue alcançar metade da estrada, mas uma viatura que vem em alta velocidade obriga-o a retroceder a marcha. Assim, por algum tempo, o cenário não muda, até que um grupo de pessoas, também a acarretar água, aparece e força os automobilistas a ceder prioridade aos peões. E no meio dessa gente, que, em carros de mão e na cabeça, transporta bidões, barris baldes e bacias vê-se o puto

atrapalhado a vencer a grande barreira.

Posteriormente o garoto entra no meio do bairro e continua a marcha. Passado algum tempo, perto de uma hora é visto às correrias, no meio da estrada, com outro bidon. Atrás de si vem o mesmo grupo de pessoas, maioritariamente jovens do sexo feminino.

Entre elas, está Nazaré da Costa, que, como o puro e outros, é moradora do bairro do Golfe, município do Kilamba, Kiaxi.

Embora o dia estivesse quente, a jovem, 19 anos, prefere pendurar as chinelas na pega do bidon de cor amarelo. Desta forma, disse, ultrapassam, se com maior facilidade situações como a do miúdo, que lutava para atravessar a estrada. Anda-se, acrescenta, mais rápido e fica-se mais distante do risco de quedas, que, nalguns casos, leva à perda do precioso líquido. Para conseguir este bem, Nazaré, como a maioria dos moradores do bairro, é obrigada a fazer grandes trajectos, ela faz mais de três quilómetros. Dos chafarizes existentes nas diversas subzonas do Golfe, apenas restam os nomes. Já não funcionam há mais de 20 anos. Quando deixaram de jorrar o líquido precioso, Nazaré nem sequer tinha nascido.

Como consequência, os proprietários de tanques de depósito de água vendem o produto a preço exorbitante, devido ao custo da compra a partir de camiões cisternas. Por exemplo, uma cisterna de 10 mil litros é adquirida a cerca de seis mil kwanzas; o bidon de 25 litros a 25 ou 30 kwanzas. Mas o Golfe não é o único. Com este tipo de carência. Na maioria dos bairros de Luanda, a escassez de água é um dos principais problemas, que a actual Comissão de Gestão ainda não conseguiu resolver sequer a 50%. Nalgumas áreas, embora jorre das torneiras o precioso líquido, os moradores queixam-se das constantes roturas na rede de distribuição, que estão na origem das inundações, que causam danos ao asfalto.

Os fontanários postos à disposição dos populares estão a diminuir os problemas relacionados com a distribuição de água, mas, para certos cidadãos, os mesmos estão instalados muito distante dos locais de residência. Os moradores das subzonas 6 a 11 do Golfe, por exemplo, têm de andar mais de três quilómetros, até à zona do Avô Kumbi, para obterem a água de que necessitam todos os dias. Porém, em muitos outros bairros, não existem fontanários ou, se existem, não funcionam.

Portanto, a água, este bem precioso, continua escassa.

5.4 Segundo o director da Elisal. Luanda terá aterro sanitário em Agosto

Jornal de Angola...26-07-2004

O director da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), Atanásio Rodrigues, revelou ao Angolense que, finalmente, em Agosto próximo, a capital do país contará com o seu primeiro aterro sanitário, sito na zona dos Mulenvos, prevendo-se que haja uma maior motivação de recolha do lixo por parte das empresas operadoras e dos próprios cidadãos, melhorando-se assim a imagem da cidade.

Segundo as suas palavras, a entrada em funcionamento do aterro sanitário está, definitivamente, apazada para o próximo mês de Agosto, e assim, nota, darse-á uma nova etapa no tratamento do lixo produzido em Luanda. Tudo isto, acrescenta aquele interlocutor, pelo facto de a incineradora para o tratamento do lixo hospitalar ter já, também, entrado em funcionamento. Mas, Atanásio Rodrigues reconheceu que as actuais operadoras que trabalham na recolha de lixo em Luanda têm ainda algumas deficiências devido à falta de equipamentos especializados para o seu trabalho de recolha.

Na sua opinião, esta carência poderá ser suprimida durante os próximos meses para se dar então cobro à elevada quantidade de lixo que Luanda produz, evitando-se ainda a proliferação de algumas doenças como a malária e as diarreias, que muito matam. "O lixo hospitalar será tratado de forma diferente com esta incineradora", adiantou.

Atanásio Rodrigues disse ainda que a acção que visa retirar todos os resíduos sólidos localizados na zona do Golf está já em funcionamento. Aquele director acrescentou que o lixo está a ser, paulatinamente, retirado para outro sítio e o local será transformado numa zona verde.

Segundo os números apresentados por altura da visita de José Eduardo dos Santos àquele recinto, o aterro sanitário, que está a ser construído numa área de 300 hectares de terra, receberá todo o lixo produzido em Luanda nos próximos 20 anos.

Num balanço geral das obras que estão a ser efectuadas em Luanda, Atanásio Rodrigues afirmou que a construção do aterro sanitário orçará em 11 milhões de dólares. Quanto às oportunidades de emprego que as actuais operadoras oferecem à população de Luanda, informou que foram criados 4 mil postos de trabalho, nos últimos tempos.

A empresa Recolix ambiental é a responsável pela recolha de todos os resíduos sólidos hospitalares e infecciosos para a sua posterior incineração. "Um

hospital pode gerar mensalmente 9 toneladas de resíduos sólidos infecciosos e nocivos à saúde, que devem ser separados dos demais", realçou.

Durante a conversa que Atanásio Rodrigues manteve com este jornal, sublinhou que os materiais descartáveis usados para o atendimento dos doentes, nomeadamente luvas, batas, aventais, toucas etc., deverão ser colocados em bidões adequados para o seu devido tratamento. Aquela fonte revelou também que a incineradora tem a capacidade de queimar, diariamente, seis toneladas de lixo hospitalar.

A máquina vai também destruir todo o tipo de papel em mau estado de conservação, alimentos deteriorados e outro tipo de lixo. "Os resíduos sólidos contaminados serão queimados numa temperatura de 200 graus", concluiu.

5.5 Luanda prevê melhorar níveis de recolha de lixo

Jornal de Angola...21-07-2004

Os níveis de limpeza e recolha de lixo na província de Luanda poderão ser ideais dentro de três meses com o aumento da capacidade técnico-operativa das empresas operadoras do sistema, anunciou o director-geral da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal). Segundo Atanásio Rodrigues, a Elisal está a negociar com a Banca Comercial financiamentos às operadoras para aquisição dos equipamentos que permitirá agilizar e antecipar os prazos de investimentos.

Disse que acredita que dentro de três meses estaremos muito próximo da capacidade ideal, em termos de meios necessários para as áreas que lhes foram consignadas.

Sublinhou que embora as empresas operadoras tivessem os seus programas de investimentos, urge agilizar a sua capacitação para diminuir o défice em equipamentos.

A título de exemplo, afirmou que a zona urbana da cidade está a ser servida por apenas seis camiões compactadores de recolha de lixo, quando seriam necessários 19, o que obriga a redução das frequências de recolha e conseqüentemente a acumulação do lixo.

Foram contratadas para a limpeza da província quatro grandes operadoras, nomeadamente a Urbana 2000, a Envirobac, a SGO Ambiental e a Brigada Especial de Limpeza, adstrita à Casa Militar.

6.0 SITUAÇÃO HUMANITÁRIA

6.1 Governo americano financia programa

Jornal de Angola...13-07-2004

O Departamento do Estado disponibilizou mais de sete milhões de dólares para assistir refugiados angolanos em 2004. O projecto, financiado pelo Bureau de População, Refugiados e Migração do Departamento do Estado, ajudará cerca de sessenta mil refugiados que devem regressar a Angola no presente ano. O financiamento foi repartido em USD 3 milhões para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (Acnur) e a Organização Internacional para Migração recebeu igualmente USD 3 milhões para facilitarem o repatriamento dos refugiados angolanos. Por outro lado, ao Corpo de Médicos Internacionais (IMC) foi atribuído USD 600 mil para apoiar as actividades humanitárias no período entre Fevereiro e Dezembro de 2004. Mais recentemente o Governo dos Estados Unidos da América decidiu contribuir com mais USD 500 mil destinado à cobertura da rotina no programa alimentar para os refugiados do Programa Alimentar Mundial (PAM).

6.2 Angola na 166ª posição no ranking mundial do desenvolvimento Mundial

Apostulado...15-07-2004

Angola recuou no ranking mundial do desenvolvimento humano, à luz do relatório publicado hoje em Nova Iorque. Obra anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o documento classifica o nosso país na 166ª posição contra a 164ª de 2003.

O também chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2004, dedicado desta vez ao tema “Liberdade Cultural num Mundo Diversificado”, abrangeu 175 países. Angola pode consolar-se, abstracção feita dos seus incomensuráveis recursos, de ter atrás de si dois países lusófonos como Moçambique (171º lugar) e Guiné-Bissau (172º). Os restantes membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) situam-se em 24º (Portugal), 72º (Brasil), 105º (Cabo Verde), 132º (São Tomé) e 158º (Timor Leste).

Os cinco países com níveis mais baixos de desenvolvimento humano na classificação global deste ano são o Burundi, Mali, Burkina Faso, Níger e Serra Leoa (na cauda da tabela do PNUD há sete anos

consecutivos). No topo do desenvolvimento, mantém-se a Noruega, com uma esperança de vida de 79 anos, uma taxa de matrículas escolares de 98 % e um PIB “per capita” de 36.600 dólares (ajustado à paridade do poder de compra). Seguem-se a Suécia (3º em 2003), Austrália (4º em 2003), Canadá (8º em 2003) e Holanda (mesmo 5º lugar). Os Estados Unidos, a maior economia do mundo, classificaram-se em oitavo lugar, seguidos pelo Japão, a segunda maior economia, na nona posição. Entre os cinco mais desenvolvidos deixou de figurar a Islândia (de segundo em 2003 caiu para 7º este ano).

A tabela do PNUD enumera 55 países com um nível de desenvolvimento humano elevado (IDH de 0,800 ou mais), 86 países com um nível médio (IDH de 0,500 a 0,799), e 36 países com um nível baixo (IDH de menos de 0,500).

Comparativamente, há 41 países com um elevado rendimento “per capita” (de mais de 9.076) dólares em 2002, 86 com rendimento médio (736 a 9.075 dólares per capita) e 64 com um rendimento baixo (menos de 735 dólares).

Bases da classificação

Dezasseis Estados membros da ONU não estão incluídos na classificação devido à insuficiência dos dados disponíveis. A classificação deste ano baseou-se, em grande parte, nas estatísticas de 2002, as mais disponíveis em relação a todos os países. Preparado anualmente pelo PNUD desde 1990, o IDH analisa indicadores de saúde, educação e rendimento, conjunto que dá, frisa uma nota da instituição, «uma medida mais adequada do progresso humano do que só o rendimento “per capita”». A avaliação de 2004 demonstra que o desenvolvimento humano não deve ser medido apenas com os indicadores tradicionais, defendendo antes «um processo de alargamento das opções das pessoas».

Fonte do PNUD em Angola indicou ao Apostulado que o documento será publicado proximamente em Luanda, na versão portuguesa. Só na altura, acrescentou, se poderá explicar os detalhes do recuo registado pelo país em desenvolvimento, ou seja, o seu aprofundamento no subdesenvolvimento.

6.3 Segurança alimentar depende da dinâmica dos sectores industriais

Angop...27-07-2004

A segurança alimentar no país depende da dinâmica de intervenção dos diversos sectores estatais e privados da indústria, afirmou hoje, em Luanda, o ministro angolano da Reinserção Social, João Baptista Kussumua.

Em declarações à Angop, no município da Ingombota,

o ministro disse urgir a necessidade, a nível da indústria, de haver maior produção de instrumentos de trabalho, para que os ramos da agricultura e das pescas elevem a capacidade de fazer chegar às camadas mais vulneráveis o material necessário.

“É necessário que se faça a distribuição de sementes e material agrícola em todas as áreas férteis, assim como de material pesqueiro nos sectores das pescas, por forma a que as camadas mais desfavorecidas tenham acesso a eles” - sustentou o ministro.

De acordo com o governante, o governo prevê, para o país, estratégias que sirvam de mola impulsionadora para o seu futuro desenvolvimento, apesar de serem necessários muitos esforços, dado o longo período de guerra vivido em Angola.

Baptista Kussumua considera necessária a realização da conferência de doadores para se mobilizar os recursos externos e apressar a reconstrução do país, de modo a que os angolanos se sintam verdadeiramente no seu país.

Segundo o mais alto responsável da Reinserção Social, é necessário mobilizar todas as forças produtivas da nação, no sentido de se empenharem para que o país saia rapidamente das dificuldades vividas, garantindo a segurança alimentar.

O governo em colaboração com a classe empresarial nacional, têm demonstrado vontade da normalização do nível de vida das populações mais vulneráveis.

7.0 TERRA E HABITAÇÃO

7.1 Parlamento discute hoje projecto de lei de terras

Jornal de Angola...27-07-2004

A Assembleia Nacional discute hoje, na generalidade, a proposta de Lei de Terras, após ter sido submetida à ampla discussão pública, em todo o país.

Segundo o vice-ministro do Urbanismo e Ambiente, Graciano Domingos, o diploma tem como grande novidade a abordagem do problema da terra nos seus múltiplos aspectos, ao contrário do diploma em vigor.

O governante explicou que a terra tem múltiplos fins, nomeadamente económicos, culturais e ambientais, os quais não são, segundo ele, contemplados cabalmente na lei actual.

Disse também que a proposta de Lei, a ser apreciada pela plenária do Parlamento, assegura todas as garantias aos pequenos proprietários de terra, ao contemplar regimes diferenciados no tocante ao seu acesso e exploração.

A título de exemplo, indicou que na zona urbana vai

vigorar, como regra, o regime da propriedade privada, mas apenas para os cidadãos nacionais, enquanto para o meio rural o diploma fixa uma variedade de direitos fundiários.

Entre estes direitos, disse, haverá o regime dos domínios útil civil e consuetudinário, das concessões a título precário e dos direitos de superfície. A escolha de uma dessas modalidades ficará ao critério do cidadão.

Relativamente aos conflitos de terras, em que no país o ponto de referência é a região dos Gambos (Huila), o vice-ministro disse terem sido criados mecanismos de impugnação de actos lesivos de direitos de terceiros.

A proposta de lei prevê o mecanismo de impugnação individual, mediante iniciativa do próprio lesado, ou o da intervenção de associações, que poderão ir em defesa das comunidades rurais leigas ao direito positivo (escrito) junto das instâncias judiciais, explicou.

Para a protecção das ditas “terras comunitárias”, a lei determina ainda a necessidade da sua delimitação através do Instituto Geográfico Cadastral de Angola, bem como veda qualquer possibilidade da sua concessão a terceiros, sem autorização do Conselho de Ministros.

O vice-ministro frisou também que o princípio norteador do novo diploma é o aproveitamento útil e efectivo da terra, o que poderá levar a que indivíduos possuidores de grandes extensões de terras sem as aproveitarem vejam as suas parcelas reduzidas.

Por forma a evitar a formação de latifundiários, a lei estabelece como limite máximo a concessão de 10 mil hectares, por parte do Conselho e Ministros, e mínimo a de mil metros quadrados, pelos administradores municipais.

Para fins agrícolas no meio rural, disse, o limite mínimo são 12 hectares, devendo sofrer redução todos quantos possuam parcelas superiores a estes limites.

De acordo com o vice-ministro, a defesa das “terras sagradas” entrará no quadro da intervenção fundiária do Estado, que pode ter lugar por razões de protecção do ambiente ou preservação do património cultural.

7.2 Deputados revelam-se preocupados na discussão da proposta de lei de terras

Angop...28-07-2004

Críticas e sugestões à proposta de Lei de Terras marcaram, na manhã de hoje, o início da discussão, pelos deputados à Assembleia Nacional, do referido diploma, apresentado pelo ministro do Urbanismo e Ambiente, Virgílio Fontes, que as deverá responder apenas esta tarde.

O parlamentar Domingos Vitória é Certa, do MPLA, disse estar preocupado com o regresso dos antigos proprietários de terras que, na sua óptica, poderão criar

problemas aos novos detentores dessas parcelas, e apelou ao Governo a tomar medidas tendentes a evitar estes constrangimentos.

Salientou, por outro lado, a necessidade de a futura Lei de Terras ser traduzidas nas Línguas nacionais, por forma a permitir que os cidadãos conheçam e defendam melhor os seus direitos fundiários.

Para Carlos Gonçalves, da FNLA, a apresentação da referida proposta de Lei é prematura, pelo que se deveria dar mais tempo à sua discussão pública, pela sociedade civil, por forma a obter-se um documento melhor elaborado.

Na sua intervenção, o deputado António Muachicungo, do PRS, solicitou do Governo esclarecimento sobre que direitos teriam os proprietários de terras em cujos solos haja, eventualmente, recursos naturais.

Apesar da sua ampla discussão pública durante cerca de dois anos, a proposta de Lei de Terras suscitou inquietudes aos deputados, que em plenária solicitaram 41 inscrições, as quais deverá o ministro Virgílio Fontes Pereira responder, cabendo-lhe a tarefa de esgrimir todos os argumentos sobre a oportunidade do diploma. O projecto será, contudo, objecto de discussão mais profunda na especialidade, prevendo-se a sua aprovação apenas em Agosto próximo.

7.3 PGR envolvido na burla de terreno

Angolense...31-07-2004

O Procurador-geral da República, Augusto Carneiro é acusado de apropriar-se "ilicitamente" de um terreno de populares na comuna do Camama II, no município do Kilamba Kiaxi, soube o Angolense de fontes no local.

Segundo populares, tudo começou em 1999 quando, inesperadamente, moradores foram surpreendidos por máquinas, supostamente a mando de Augusto Carneiro, para destruir os campos de cultivo.

Perante a injustiça, os mesmos criaram uma comissão que, junto da administração municipal, local tentou resolver o problema entretanto sem sucesso.

Consta que o terreno havia sido invadido por um grupo de mutilados, mas que o ex-governador de Luanda, Aníbal Rocha, apesar de desconhecer o caso, repôs a legalidade. "O ex-governador tinha orientado para que cada camponês retomasse a sua parcela", disse um dos moradores contactados que reivindicam o direito a indemnização.

Os lesados dizem estar legais porque possuem documentação da direcção da Agricultura do Kilamba Kiaxi. "Os documentos foram passados pelo senhor Paulo, da Administração".

Na madrugada do dia 18 de Agosto de 2002, elementos alegadamente mandatados pelo PGR fixaram no referido espaço um contentar, como forma de

ocupação do terreno.

"Contactamos a fiscalização, mas esta disse desconhecer o que se estava a passar", revelou a fonte, lembrando que naquela altura a mesma exigia dinheiro para deslocação e remoção do mesmo.

A 30 de Novembro de 2003 para o espanto de todos, Augusto Carneiro apareceu no local para informar aos populares que o terreno era sua pertença.

Entretanto, no dia 2 de Dezembro do ano passado, dois dos lesados foram transportados numa viatura, supostamente do magistrado, da administração municipal até ao terreno em litígio.

No mesmo dia, uma das filhas da dona Laurinda foi proibida de permanecer no local por um responsável da PGR, pois a parcela é sua pertença.

Ainda assim, na presença do Procurador-geral, um fiscal de nome Marcos tentou agredir a jovem, obrigando o próprio Procurador a apaziguar a briga.

De acordo com os populares o terreno foi cedido ao chefe da PGR pelo governo da Província de Luanda.

Apesar de sucessivas tentativas, o Angolense não pode contactar Augusto Carneiro, pelo que propõe-se fazê-lo tão logo seja possível.

7.4 Parlamento discute hoje projecto de lei de terras

Jornal de Angola...27-07-2004

Assembleia Nacional discute hoje, na generalidade, a proposta de Lei de Terras, após ter sido submetida, à Ampla discussão, publica em todo o país.

Segundo o vice-ministro do Urbanismo e Ambiente, Graciano Domingos, o diploma tem como grande novidade a do problema da terra nos seus múltiplos aspectos, ao contrário do diploma em vigor.

O governante explicou que a teria tem múltiplos fins, nomeadamente económicos, culturais e ambientais, os quais não são, segundo de contemplados cabalmente na lei actual.

Disse também que a proposta de Lei, ao ser apreciada pela plenária do Parlamento, assegura todas as garantias aos pequenos proprietários de terá, ao contemplar regimes diferenciados no tocante ao seu acesso e exploração.

A título de exemplo, indicou que na zona urbana vai vigorar, como regra, o regime da propriedade privada, mas apenas para os cidadãos racionais, enquanto para o meio rural o diploma fixa uma variedade de direitos fundiários.

Entre estes direitos, disse, haverá o regime dos domínios útil civil e consuetudinário" das concessões a título precário e, dos direitos de superfície. A, escolha de uma dessas modalidades ficará ao critério do

cidadão.

Relativamente ao, conflitos de terras, em que no país o ponto de referência referência é região dos Gambos (Huila), o vice-ministro disse terem sido criados mecanismos "impugnação de actos lesivos de direitos de terceiros.

A proposta de lei prevê o mecanismo de impugnação " individual mediante iniciativas do próprio lesado ou da intervenção de associações, que poderão ir em defesas das comunidades rurais leigas ao direito positivo. (escrito) junto "das instâncias judiciais explicou.

Para a protecção das ditas "terras comunitárias", a lei determina ainda a necessidade da sua delimitação através do Instituto Geográfico Cadastral de Angola, bem como veda qualquer possibilidade da sua concessão terceiros, sem autorização do Conselho de Ministro.

O vice-ministro frisou também que o princípio norteador do novo diploma a é Aproveitamento útil e efectivo da terra, o que poderá levar a que indivíduos possuidores de grandes extensões de terras sem as aproveitarem vejam reduzidas.

De forma a evitar formação de latifundiários, a lei estabelece como limite máximo a concessão 10 mil hectares, por parte do Conselho e Ministros, e mínimo a de mil metros quadrados, pelos administradores municipais.

"Para fins agrícolas no meio rural, disse, o limite mínimo são 12 hectares, devendo sofrer redução todos quantos possuam parcelas superiores a estes limites.

De acordo com o vice-ministro, a defesa das "terras sagradas" entrará no quadro da intervenção fundiária do Estado, que pode ter lugar por razões de protecção do ambiente ou preservação do património cultural.